

Projecto de Lei n.º 1077/XIII/4ª

Altera a Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários

Exposição de motivos

A Lei n.º 52/2018 de 20 de Agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários, criou uma estratégia de prevenção primária e controlo da bactéria Legionella em todos os edifícios e estabelecimentos de acesso ao público, a qual contribuirá para a prevenção e controlo da ocorrência de casos isolados, cluster ou surtos.

Actualmente, é da responsabilidade dos Técnicos de Saúde Ambiental, integrados nas Unidades de Saúde Pública, a realização de investigações ambientais em locais que sejam passíveis de serem fontes de contaminação e disseminação da bactéria Legionella, constituindo esta uma parte preponderante da investigação epidemiológica em casos isolados de doença, clusters ou surtos.

Contudo, apesar da responsabilidade de investigação em situações de cluster ou surto continuar atribuída à autoridade de saúde local, a alínea c) do n.º 3 do novo artigo 10.º da Lei n.º 52/2018 refere, quanto a uma das actividades essenciais da investigação, como é o caso da colheita de amostras de água, que "A colheita de amostras de água e, sempre que se justifique, de biofilmes, que deve ser realizada por laboratórios acreditados para o efeito pelo IPAC, I. P., ou em caso de ausência, por técnicos de saúde ambiental, engenheiros sanitaristas ou técnicos de colheita de amostras certificados para o efeito por entidade acreditada pelo IPAC, I. P."

Sendo que a investigação continua a cargo das Unidades de Saúde Pública dos serviços dos Estado e que os Técnicos de Saúde Ambiental se deslocam aos locais para identificar pontos de contaminação, não se compreende a razão para que seja delegada a colheita das amostras a laboratórios acreditados, sendo que, para além de acrescer mais custos ao Estado, esta alteração poderá colocar em causa todo o processo de investigação, uma vez que poderá não ocorrer uma avaliação rigorosa dos locais de maior risco por falta de conhecimento epidemiológico.

Assim, com a alteração proposta à Lei n.º 52/2018, o PAN pretende evitar o aumento desnecessário da despesa na Saúde Pública e garantir que o processo de investigação de cluster e surtos da doença Legionella seja feito com o maior rigor possível de modo a assegurar a correcta detecção, análise, prevenção e correcção do risco de contaminação, promovendo assim locais saudáveis e com risco controlado.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado do PAN apresenta o seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei procede à alteração da Lei n.º 52/2018, de 20 de Agosto, atribuindo aos técnicos de saúde ambiental das unidades de saúde pública a competência para a colheita de amostras de água no âmbito de investigação ambiental, como parte da investigação epidemiológica, com o objectivo de identificar os locais que constituem possíveis fontes de contaminação e disseminação de Legionella.

Artigo 2.º

Alteração à Lei n.º 52/2018, de 20 de Agosto

Procede-se à alteração do artigo 10.º da Lei n.º 52/2018, de 20 de Agosto, o qual passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 10.º

[...]

1 - [...]:

a) [...];

b) [...].

2 - [...].

3 - A investigação referida no n.º 1 requer:

a) [...];

b) [...];

c) A colheita de amostras de água e, sempre que se justifique, de biofilmes, que deve ser realizada por técnicos de saúde ambiental;

d) [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].”

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, 18 de Janeiro de 2019.

O Deputado,

André Silva